

POEMAS, COLONIALISMO, NEOCOLONIALISMO E LUTA ANTICOLONIAL NUMA PERSPECTIVA HISTÓRICA EM AMÍLCAR CABRAL¹

Leonel Vicente Mendes²

RESUMO

A partir da perspectiva histórica e crítica o presente trabalho analisa teorias e reflexões de Amílcar Cabral sobre o colonialismo, neocolonialismo e anticolonialismo em um contexto da luta anticolonial fazendo uma releitura de três fases dos seus poemas apoiado nos estudos de Borges (2008) e Cassama (2014). Amílcar Cabral foi um dos principais líderes africanos contestadores do imperialismo ocidental. Foram relevantes seus escritos sobre o colonialismo, neocolonialismo e luta anticolonial a partir da realidade político e sociocultural do continente africano em específico da Guiné-Bissau e Cabo Verde. As questões do colonialismo, neocolonialismo e luta anticolonialismo em Amílcar Cabral emergem da experiência da colonização, representadas pela tensão entre a sociedade colonizada, poder imperial e a construção do Estado-nação no período pós independência, marcado por sentimento de euforia e autoconfiança e dissolução. Em termos de metodologia, o trabalho se desenvolve a partir da pesquisa bibliográfica e documental.

Palavras-chave: África - História - Movimentos de autonomia e independência. Cabral, Amílcar Lopes - Crítica e interpretação. Poesia africana.

ABSTRACT

From the historical and critical perspective, the present work analyzes Amílcar Cabral's theories and reflections about colonialism, neocolonialism and anticolonialism in a context of the anticolonial struggle, rereading three phases of his poems based on Borges' study (2008) and Cassama (2014). Amílcar Cabral was one of the main African leaders who opposed Western imperialism, his writings on colonialism, neocolonialism and anti-colonial struggle based on the political and sociocultural reality of the African continent, specifically Guinea-Bissau and Cape Verde. Questions of colonialism, neocolonialism and anti-colonialism struggle in Amílcar Cabral emerge from the experience of colonization, represented by the tension between colonized society, imperial power and the construction of the nation-state in the post-independence period, marked by a feeling of euphoria and self-confidence and dissolution.

Keywords: Africa - History - Movements of autonomy and independence. African poetry. Cabral, Amílcar Lopes - Criticism and interpretation.

¹ Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao curso de Especialização Interdisciplinar em Literatura Africana de Língua Portuguesa, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), sob a orientação do Prof. Dr. Lourenço Ocuni Cá.

² Especialização Interdisciplinar em Literaturas Africanas de Língua Portuguesa na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira- UNILAB Campus dos Malês. Mestrando em Educação na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Licenciado em pedagogia pela UNILAB Campus dos Malês. Graduação em Humanidades, pela UNILAB Campus dos Malês. Especialização em Gestão Pública pela UNILAB -Campus dos Malês. Graduado em língua Inglesa pela Escola Normal Superior Tchico Té (ENSTT) Guiné-Bissau. Autor de livros (Des)caminhos do sistema de ensino guineense: Avanços, recuos e perspectivas, CRV (2019). A escolarização e a formação de quadros nas regiões libertadas da Guiné-Bissau: uma perspectiva histórica (1963 -1973), Brazil Publishing, (2021).

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho não se trata da trajetória política do engenheiro agrônomo Amílcar Cabral, mas propõe simplesmente analisar as teorias e reflexões de um dos mais importantes líderes revolucionários, Amílcar Cabral, sobre o colonialismo, neocolonialismo e luta anticolonial fazendo uma releitura de três fases dos seus poemas apoiando nos estudos de Borges (2008) e Cassama (2014), em um contexto da independência dos países africanos das antigas colônias portuguesas. A revolução armada que teria iniciado na segunda metade do século XX, com a reivindicação do direito à autodeterminação e à independência total dos povos africanos sob o domínio colonial. Neste contexto, é importante frisar que na colonização para além da exploração econômica do domínio territorial, político e social da vida das populações, as marcas evidentes do sistema colonizador, a dominação colonial distinguiu-se, sobretudo, pela negação da condição humana da população colonizada, negação da sua cultura, do seu conhecimento, da sua filosofia, do seu modo de ser.

Aimé Césaire na sua obra: *Discurso sobre o Colonialismo (1978)*, cuja versão portuguesa, de Noémia de Sousa, e prefaciada por Mário Pinto de Andrade, chama a nossa atenção a afirmar que a colonização desumaniza, mesmo o homem mais civilizado; que a ação colonial, a empresa colonial, a conquista colonial, fundadas sobre o desprezo pelo homem indígena e justificadas por esse desprezo, tende inevitavelmente, a modificar quem a empreende; que o colonizador para se dar boa consciência se habitua a ver o outro o *animal*, se exercita a tratá-lo como um *animal*, tendendo objetivamente a transformar-se ele próprio, em animal (CÉSAIRE, 1978).

Amílcar Cabral tinha a base da sua formação escolar ocidental, estudou nas escolas coloniais primárias e depois se formou como engenheiro agrônomo no ensino superior em Lisboa cuja base curricular e as práticas educacionais reforçavam ideologias, valores, costumes e civilizações do “modo de ser português”. Mesmo com essas ambivalências e os paradoxos na construção do pensamento intelectual e político desse revolucionário, conseguiu construir a consciência crítica da revolução e ressignificou os conhecimentos e saberes adquiridos nas escolas coloniais a favor do serviço do povo colonizado. Cabral denunciou os reais efeitos do colonialismo, neocolonialismo e defendeu o projeto político que visava a construção de uma sociedade justa, livre de qualquer forma de sistema de dominação colonial. A sua luta política era contra a opressão, a situação de miséria e os abusos que a população africana vivia nas colônias portuguesas.

Segundo Castanheira, (1995, p.26),

Cabral nasceu em 12 de setembro de 1924, em Bafatá Guiné, “Portuguesa” (Freguesia da Graça), atual Guiné-Bissau, filho dos imigrantes cabo-verdianos Juvenal António Lopes da Costa Cabral e Iva Pinhel Évora. Amílcar Cabral regressou a Cabo Verde após ter concluído a escola primária, frequentou e concluiu os estudos locais em São Vicente em Cabo Verde, onde existia o único liceu do arquipélago. Em 1945, Cabral obteve uma bolsa de estudo para Lisboa, em virtude do seu brilhante percurso como estudante. Lá se formou em agronomia pelo Instituto Superior de Agronomia. Durante a sua estadia na Casa dos Estudantes do Império, em Lisboa, Amílcar conheceu numerosos estudantes universitários oriundos das colônias, entre os quais os angolanos Antonio Agostinho Neto e Mario Pinto de Andrade, o são-tomense Francisco José Tenreiro, o moçambicano Eduardo Mondlane dos Santos.

Cabral considerava o colonialismo e neocolonialismo inseparavelmente da ordem econômica e cultural. Portanto, para Cabral (1966), o colonialismo e neocolonialismo são principais características da dominação imperialista que se traduz na negação do processo histórico do povo dominado, por meio da usurpação violenta da liberdade dos processos do desenvolvimento das forças produtivas nacionais. Nesses termos, Cabral, considera o colonialismo como sendo a dominação direta e o neocolonialismo a dominação indireta.

O problema desta pesquisa se traduz na ausência de trabalhos sobre colonialismo e neocolonialismo no campo da literatura guineense nos currículos escolares de quase todos os níveis da escolaridade do país. A evidência nos mostra que a educação não é tida como prioridade na Guiné-Bissau e o país ainda é marcado fortemente pela instabilidade governamental e fragilidade institucional em contextos de facetas do passado colonial recente. Estes eventos impactam diretamente no campo educacional e literário cujos efeitos negativos estão ligados a pouca valorização e reconhecimento das obras literárias de Amílcar Cabral.

O interesse pelo tema surge justamente a partir das nossas leituras das temáticas relacionadas aos estudos coloniais e pós-coloniais no contexto africano, sobretudo, de entender a relação entre colonizador e o colonizado constituída através de múltiplas formas de exploração e violências, seja ela, física e psicológica. Entendemos que o artigo poderá contribuir no campo da literatura guineense.

Por outro lado, compreendemos a importância de explorar as ideias, reflexões e o legado deixado por Amílcar Cabral. Cabral liderou o processo da luta de libertação nacional da Guiné e Cabo Verde, com o objetivo de libertar esses dois países da colonização portuguesa. Durante esse processo as práxis e ideologias desenvolvidas por ele, assumiram papel importante na ideologização do povo que culminaram na denúncia contra o sistema colonial português a nível nacional e internacional.

O presente trabalho está dividido, além dessa introdução, em quatro seções e as considerações finais. Na primeira seção, apresentam-se uma releitura de três fases evolutivos da escrita poética de Amílcar Cabral em dialogo com Borges (2008) e Cassama (2014). Na

segunda seção discute-se a visão de Amílcar Cabral sobre colonialismo português na Guiné e Cabo Verde e a dinâmica da luta anticolonial. Na terceira seção ressaltam-se as críticas feitas por Amílcar Cabral contra o neocolonialismo. A última seção discute questões que Amílcar Cabral chama de reafirmação da mentalidade que são os caminhos antecedentes que levariam os povos colonizados à retomada das culturas, da civilização e de outras práticas sociais, sem, necessariamente, descartar aspectos positivos da cultura do colonizador.

Em termos metodológicos, o trabalho trata-se sobre o colonialismo, neocolonialismo e luta anticolonial na visão de Amílcar Cabral, num contexto da independência dos países africanos das antigas colônias portuguesas. Para tanto, foi necessário recorrer a revisão bibliográfica e a pesquisa documental, possibilitando um diálogo interdisciplinar e horizontal entre vários campos do conhecimento. Aliás, é interessante dizer que a pesquisa contempla a abordagem qualitativa devido à sua capacidade de usar diversas referências epistemológicas.

2 AS FASES DE POESIA DE AMÍLCAR CABRAL: UMA RELEITURA

De acordo com Cassama (2014), Amílcar Cabral viveu parte de sua infância e juventude em Cabo Verde num período marcado pela crise agrícola, pela miséria, pela fome e pela ocupação dos soldados portugueses. Por isso, a poesia foi uma das formas encontradas por ele para descrever e interpretar a sociedade em que vivia. Ainda na sua juventude, Cabral evidenciava já uma especial avidez pela percepção do mundo que o rodeava, fato que se interpretava na sua poesia e nos seus escritos. Os seus sentimentos nacionalistas eram vistos com reprovação pelas autoridades coloniais.

A poesia como qualquer manifestação artística, e apesar de toda a característica individual, emanante da personalidade do poeta, é necessariamente um produto do meio em que tem expressão. Quer dizer: por maior que seja a experiência do próprio indivíduo sobre a obra que produz, esta é sempre, em última análise, um produto do complexo social em que foi gerada. (CABRAL, 1976).

Segundo Borges (2008) o patrimônio poético de Cabral foi marcado por um processo evolutivo, da qual autora destaca três fases. A primeira fase que se aproxima do movimento literário *Claridade*. Segundo Fonseca e Moreira (2007), o grande passo para virada da temática da literatura produzida em Cabo Verde foi dado em 1936, na Ilha de S. Vicente, por que um grupo de intelectuais, que lançou a revista *Claridade*. Os intelectuais que possibilitaram a publicação da revista foram, principalmente, Baltasar Lopes (autor do romance **Chiquinho**

1947) Manuel Lopes (autor do romance **Os flagelados do veste leste** —1960) e Jorge Barbosa (poeta renomado, autor de **Arquipélago** — 1935), **Ambiente** —1941, **Caderno de um ilhéu** —1956, e Poesia inédita e dispersa -edição póstuma 1993).

Nesta primeira fase podemos dizer que foi a experiência e identificação com o arquipélago. Segundo Cassama (2014), as poesias de Amílcar Cabral se preocupavam em trazer a temática da terra, retratando a fome, a seca provocada pela condição da natureza, a miséria e o abandono nas ilhas de Cabo Verde. Podemos observar esse fato nos versos do poema **ILHA**.

Ilha
 Tu vives — mãe adormecida —
 nua e esquecida,
 seca,
 fustigada pelos ventos,
 ao som de músicas sem música
 das águas que nos prendem...

Ilha:
 teus montes e teus vales
 não sentiram passar os tempos
 e ficaram no mundo dos teus sonhos
 — os sonhos dos teus filhos —
 a clamar aos ventos que passam,
 e às aves que voam, livres,
 as tuas ânsias!

Ilha:
 colina sem fim de terra vermelha
 — terra dura —
 rochas escarpadas tapando os
 horizontes, mas aos quatro ventos
 prendendo as nossas ânsias!

- Amílcar Cabral (Praia, Cabo Verde, 1945).

Segundo Cassama (2014, p. 32),

(...) aos 17 anos de idade que Amílcar Cabral, já conhecedor dos anseios pela independência de Cabo Verde, decide transpor para o papel o que sentia em forma de poesias, assinando com o pseudônimo de Larbac – anagrama do nome Cabral. Foi através de poesia que Amílcar Cabral descreveu a forma como viu e interpretou a sociedade caboverdiana.

Cabo Verde vivia numa situação revoltante caracterizada pela seca e fome conforme Cabral (1976, p. 115).

(...) Cabo Verde não é o sonhado jardim hesperitano, mas, sim, “arquipélago” e o “ambiente”, onde as árvores morrem de sede, os homens de fome— e a esperança nunca morre. O mar já não tem sereias e as ondas não beijam a praia. O mar é a estrada da libertação e da saudade, e o marulhar das vagas é a tentação constante, a lembrança

permanente do “desespero de querem partir e de ter de ficar”. Até o caminho qualquer, “amassado pelo gado que a seca matou”, tem vida, assim como “os coqueiros esguios” e o “céu azul e ardente que não promete chuva”.

Na segunda fase podemos observar a universalidade da poesia de Amílcar Cabral, nesta fase específica o poeta revolucionário não trata apenas da realidade do cotidiano caboverdiano, mas sim de todos os cantos do mundo, principalmente do continente africano. Segundo Borges (2008), nesta segunda fase da poesia de Cabral, é visível a influência dos poetas da Academia Cultivar³, a qual deu origem à Folha da Academia Certeza. Nesta segunda fase cabe aqui destacar a poema **ROSA NEGRA**.

ROSA NEGRA
Rosa,
Chamam-te Rosa, minha preta formosa
E na tua negrura
Teus dentes se mostram sorrindo.
Teu corpo baloiça, caminhas dançando,
Minha preta formosa, lasciva e ridente
Vais cheia de vida, vais cheia de esperanças
Em teu corpo correndo a seiva da vida
Tuas carnes gritando
E teus lábios sorrindo...
Mas temo tua sorte na vida que vives,
Na vida que temos...
Amanhã terás filhos, minha preta formosa
E varizes nas pernas e dores no corpo;
Minha preta formosa já não serás Rosa,
Serás uma negra sem vida e sofrente
Ser'as uma negra
E eu temo a tua sorte!
Minha preta formosa não temo a tua sorte,
Que a vida que vives não tarda findar...
Minha preta formosa, amanhã terás filhos
Mas também amanhã...
... amanhã terás vida!
Amílcar Cabral

A terceira fase da poesia de Amílcar Cabral foi marcada por poemas que além de descrever as mazelas de Cabo Verde e África passam a dar voz e consciência para o povo caboverdiano e africano. Neste período foi de produção de uma poesia que se tratava da questão humanitária e de cunho social. Além disso, o poeta também utiliza a poesia para contestar ação do colonialismo português incitando o povo à luta. A poema seguir demonstra esse fato de incentivo à luta.

³ Fundada em 1942, este núcleo cultural de jovens estudantes do liceu, na sua maioria mestiços de inspiração neorrealista, viria a romper com o regionalismo da Claridade. Embora sem rejeitar o elogio da cultura caboverdiana, apresentavam um carácter mais ideológico e aberto para o mundo, onde o sonho num futuro melhor marcava a diferença da poesia da Claridade. Ver. (BORGES, 2008, p.40).

Poema

Quem é que não se lembra
 Daquele grito que parecia trovão?!
 – É que ontem
 Soltei meu grito de revolta.
 Meu grito de revolta ecoou pelos vales mais longínquos da Terra,
 Atravessou os mares e os oceanos,
 Transpôs os Himalaias de todo o Mundo,
 Não respeitou fronteiras
 E fez vibrar meu peito...
 Meu grito de revolta fez vibrar os peitos de todos os Homens,
 Confraternizou todos os Homens
 E transformou a Vida...
 ... Ah! O meu grito de revolta que percorreu o Mundo,
 Que não transpôs o Mundo,
 O Mundo que sou eu!
 Ah! O meu grito de revolta que feneceu lá longe,
 Muito longe,
 Na minha garganta!
 Na garganta de todos os Homens

Amílcar Cabral, em “Emergência da poesia em Amílcar Cabral” (30 poemas). [recolhidos e organizados por Oswaldo Osório]. Coleção Dragoeiro. Praia: Edição Grafedito, 1983.

Amílcar Cabral era um homem no pensamento e na prática da ação política profundamente humanista. As três fases do poeta dele foi marcada pelo processo evolutivo onde inicialmente destacava a realidade cabo-verdiana marcada pela seca, fome, miséria e abandono; (de Portugal). Os poemas do líder revolucionário transcendem as dificuldades do arquipélago “fustigada pelos ventos, ao som de músicas sem música das águas que nos prendem”. A abordagem de temas como a guerra, violência, solidariedade, o sofrimento da terra e dos cabo-verdianos como dizia Cabral “Meu grito de revolta ecoou pelos vales mais longínquos da Terra”, a esperança e alegria no rosto do homem cabo-verdiano e africano “Amanhã terás filhos, minha preta formosa” e as contradições sociais marca as três fases do período poético desse lidera revolucionário africano.

2.1 COLONIALISMO E A LUTA ANTICOLONIAL

Segundo Mendy (1993), levar a “civilização” e a “salvação” aos “primitivos” e gentios foi uma das justificativas usadas pelos colonizadores no ato da sua presença. Portanto, o texto constitucional do Ato Colonial de 1930 havia estabelecido à finalidade e função histórica da nação portuguesa “de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações indígenas que neles se compreende” (Art.2º do Ato Colonial, 1930).

De acordo com Mendes (2021), a implacável política racista de levar a civilização à população africana apresentada no Ato Colonial de 1930 evidencia uma possível relação de “avanço” e de “atraso” existente entre os colonizadores portugueses e os povos dos territórios africanos. O africano era visto pelos colonizadores como um ser “primitivo”, “irracional” e sinônimo de barbarismo, portanto, havia ali um esforço para aculturar uma pequena parcela da população “indígena” à civilização ocidental.

Portugal se justificou pelo mito de uma nação civilizada que levaria à África a religião cristã e a civilização, construiu-se uma ideologia que se apresentava como uma sociedade multirracial disfarçando da opinião pública escondendo do real problema que os países africanos das antigas colônias enfrentavam entre as quais: discriminação, trabalho forçado, na exploração dos recursos naturais e na produção voltada à Europa.

Segundo LOPES, (1987, p.35).

O tratamento dado aos africanos foi o mesmo em todos os regimes coloniais, norteados pela falta de respeito, a brutalidade e a completa desatenção aos direitos humanos. O regulamento de trabalho dos “indígenas” era severo e cruel, estando-se disposto a todo custo a “castigar o gentio rebelde”; também a cobrança de tributos e impostos era exorbitante e arbitrária, os africanos sendo, sistematicamente, cada vez mais excluídos e de suas prerrogativas políticas, sociais e econômicas, e tudo isso em nome da “missão civilizadora”.

Cabral demonstra com clareza os abusos sofridos e também como os africanos eram tratados pela colonização portuguesa,

Nós, os africanos fomos e continuamos a ser tratados pela colonização portuguesa e pelos colons sem o mínimo respeito pela nossa dignidade humana. As rusgas, o chicote, a palmatória, as humilhações físicas e morais, os frequentes aprisionamentos, as deportações que causam a morte de muitos africanos, o trabalho forçado, o trabalho não remunerado ou mal remunerado, os assassinios praticados nos edifícios das Administrações coloniais e nos locais de trabalho— são alguns dos mais indignos processos da prática colonial portuguesa, integrados numa verdadeira política de genocídio contra os nossos povos (CABRAL, 1965, p. 12)

O colonialismo português existe, porque, nos nossos países, a administração econômica, política, social, cultural, religioso militar é ditada, exercida e controlada pelo Estado Português. Nenhum povo africano das colônias portuguesa é soberano no seu país. O que existe nos nossos países é uma declarada “soberania portuguesa” imposta e mantida pela força (CABRAL. 1965, p.10-11).

Cabral destacou os efeitos do colonialismo ou da dominação imperialista sobre a estrutura social do povo africano enumerando duas formas:

- 1) A dominação direta—por meio de um poder político integrado na sua maioria por agentes estrangeiros ao povo dominado (forças armadas, policiais, agentes de administração e colons) à qual se convencionou chamar colonialismo clássico ou colonialismo.
- 2) Dominação indireta— por meio dum poder político integrado na sua maioria ou na totalidade por a gentes nativos à qual se convencionou chamar de neocolonialismo (CABRAL, 1966, p.7).

Segundo Cabral no primeiro caso, ou seja, no colonialismo a estrutura social do povo dominado, seja qual for etapa em que se encontra, pode sofrer os seguintes efeitos:

- a) Destruição completa, acompanhada em geral da liquidação imediata ou progressiva da população autóctone e consequente substituição desta por uma população exótica;
- b) Destruição parcial, em geral acompanhada da fixação mais ou menos volumosa de uma população exótica;
- c) Conservação aparente, condicionada pela confinamento da sociedade autóctone a áreas ou reservas próprias e geralmente desprovidas de possibilidades de vida, acompanhada da implantação massiva de uma população exótica (CABRAL, 1966, p. 7).

Desde 1956 o colonialismo português desencadeou uma violenta repressão contra os patriotas africanos e contra os movimentos e organizações nacionalistas. Perseguições, prisões, deportações, torturas e até massacres de populações indefesas. Segundo Mendes (2021), o Massacre de Pindjiguiti de 3 (três) de agosto de 1959, foi um dos exemplos da violência e da repressão praticada pelo exército colonial português. Os trabalhadores e marinheiros reivindicavam melhores condições de trabalho e as autoridades coloniais responderam através do emprego da força brutal, às justas reivindicações, atirando com armas de fogo sobre os trabalhadores foram mais de cinquenta mortos e feridos.

Percebe-se que o objetivo da política colonial não era exclusivo a exploração das terras das antigas colônias. Portugal buscou, a partir da sua política de assimilação, destruir a tradição cultural e epistemológica das suas colônias através da formação de uma elite privilegiada, desfrancizada e europeizada que contribuía com os colonizadores. Neste sentido, conforme estudos (CÁ, 2000; FURTADO, 1986; MENDES, 2019; 2021;) a educação colonial implementada na Guiné dentro do padrão europeu era encarregada ideologicamente de defender o sistema colonial português nos territórios africanos. Nesse quadro, a educação colonial cumpriu um papel determinante no processo de transformação progressiva de usos e costumes de uma pequena parcela da população autóctone os ditos “assimilados” na maioria residentes dos centros urbanos de principais cidades, desempenhavam pequenas funções como auxiliares na administração colonial servindo-se de colaboradores dos colonizadores portugueses.

A estratégia do colonialismo neste aspecto educacional específico era de criar uma divisão de classe para que as minorias “assimiladas” não solidarizassem para com as grandes comunidades africanas a que realmente pertenciam. Segundo afirma Amílcar Cabral no Manifesto do Movimento Anti-colonialista (MAC),

A chamada “política de assimilação” dos povos africanos, além de ser falsa do ponto de vista científico, é desumana, oportunista, imoral. Baseia-se, na realidade, na tese racista da indignidade e da incapacidade da raça negra e, conseqüentemente, no desprezo total dos valores culturais e da civilização negro-africana: pretende impedir que o génio dos povos africanos, na sua autenticidade original, contribua para o enriquecimento da cultura e da civilização humanas; fomenta o desrespeito e a dessolidariedade de minoria ditas “assimilados” para com as grandes comunidades Africanas a que realmente pertence (CABRAL, 1965 p. 8).

Segundo Cabral (1965), a falsidade política de assimilação sua aplicação na prática não tinha os efeitos positivos na vida da população africana, uma vez que cerca de quinhentos anos de colonização o número total dos africanos assimilados não chegava 0,3% da população total das colônias. Neste sentido, a luta anticolonial se desenvolveu a partir da descolonização ideológica e da negação do assimilacionismo da colonização portuguesa. Amílcar Cabral chama atenção sobre a importância da ideologia na luta contra a dominação estrangeira no continente.

A deficiência ideológica, para não dizer a falta total da ideologia, por parte dos movimentos de libertação nacional – que tem a sua justificação de base na ignorância das realidades históricas que esses movimentos pretendem transformar constituem uma das maiores e não maior fraqueza da nossa luta contra o imperialismo (CABRAL, 1966, p. 3).

De igual modo, para Villen (2013), a África nunca esteve passiva ao domínio colonial, apesar da repressão secular a que foi submetida a população pelo colonialismo. Três anos antes de crimes e atrocidades de 3 de agosto de 1959, praticados pelos exércitos portugueses, em 19 de setembro de 1956 sob a liderança de Amílcar Cabral criou-se o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), que segundo Gomes (2010), viria a desempenhar um papel fundamental na edificação da nação e sociedade guineense. Esse papel assentou em estruturas que, constituindo a sede de um contrapoder, permitiram, posteriormente, a formação de um Estado soberano.

A criação do partido no entendimento de Lopes (1986), marca a resistência unificada, tinha um objetivo preciso, sobre o qual todas as entidades tanto parcelares como coletivas estavam de acordo com a conquista imediata da independência. Esta conjunção de forças seria a motivação de todas as ações e de todos os investimentos humanos.

Conforme Cande Monteiro (2013), o ano de 1963 marcou o início da ação armada com o ataque ao quartel de Tite, no centro sul do país, sinalizando o marco oficial da luta que se estendeu por várias regiões da Guiné-Bissau. Segundo Cabral (1965), o único caminho para a realização de um futuro para os povos africanos das colônias portuguesas era a luta contra o colonialismo português, com base no direito à insurreição contra a opressão colonial. A primeira condição era a liquidação total do colonialismo português nos países africanos, que deveriam ser partes integrantes de uma nova África, livre unida e independente.

A mobilização das massas populares foi um dos aspectos mais importantes da luta armada. Sem dúvida, sem a participação ativa das massas populares não teria sido possível concretizar os objetivos pré-definidos pelo partido. Durante os primeiros anos da sua atividade, o PAIGC procurou enraizar os seus princípios e ideias em todos os setores da sociedade guineense e levar esses mesmos extratos sociais a enfrentar a máquina repressiva do colonialismo português. A mobilização foi dirigida num primeiro momento às camadas urbanas capazes de participar na luta política: funcionários da administração pública e assalariados urbanos, nomeadamente empregados do comércio e dos serviços. Em 1959, o Partido contava com uma meia centena de membros ativos, mas quase todos em Bissau poucos teriam laços íntimos com as aldeias.

Conforme Villen (2013, p.43),

(...) além da luta armada contra o exército colonial português, esses movimentos tiveram o mérito de abrir ao mundo suas campanhas de críticas ao sistema de exploração sistemática e racista do regime colonial português. A denúncia da falsidade da propaganda colonial e dos crimes do crime do regime acompanhava a reivindicação do reconhecimento internacional no âmbito da legitimação da guerra de libertação e, por consequência, da criminalidade do colonialismo.

A verdadeira contestação do sistema de colonização do Ocidente considerado na sua totalidade e como fenômeno exclusivamente de exploração que implica aspectos políticos, econômicos e culturais de dominação— teve abertura no contexto internacional somente por meio das lutas concretas de libertação, asiática e africanas, e do concomitante desenvolvimento da corrente de pensamento anticolonial (VILLEN, 2013, p. 33).

A Guiné-Bissau depois de enfrentar a resistência anticolonial através de uma luta armada que durou onze anos sob o comando de PAIGC, conquistou a sua independência nacional em 24 de setembro de 1973. Oito meses após ocorreu o assassinato brutal de Amílcar Cabral, em 20 de janeiro do mesmo ano, na Guiné-Conacri. O ato da proclamação do novo Estado independente a República da Guiné-Bissau aconteceu em Madina de Boé, no leste do

país. Portugal demorou quase um ano para reconhecer oficialmente este país como uma Nação independente, sendo que o reconhecimento oficial aconteceria somente em 10 de setembro de 1974.

2.2 NEOCOLONIALISMO

O termo neocolonialismo teria sido usado pela primeira vez por Kwame Nkrumah. Para esse líder revolucionário africano o neocolonialismo procura manipular a África; de fato, esta política pode ser mais perigosa para a legítima inspiração a independência econômica e política do que um controle político direto.

À medida que a luta nacionalista e anticolonial se intensificava nos países colonizados e a independência se aproximava, segue no horizonte, as potências imperialistas com seus interesses aliando-se com chefes locais criando problemas de cunho tribal e segundo os interesses particulares com objetivo de fragmentação da frente nacionalista.

Segundo Nkrumah (1951, p.288),

a forma que o neocolonialismo apresenta hoje em África reveste-se de alguns destes traços. Atua encoberta, manobrando homens e governos, liberto do estigma da dominação política. Cria Estados-clientes, que são independentes no papel, mas que na realidade, continuam a ser dominados pela própria potência colonial que supostamente lhes deu a independência. É uma das “diversas espécies de países independentes que, no plano político, gozam de uma independência formal, mas que, de fato estão encurralados na rede da dependência financeiro e diplomático”.

Na mesma visão na perspectiva de Amílcar Cabral (1966),

o neocolonialismo quer a maioria da população seja autóctone, quer ela seja originariamente exótica, a ação imperialista orienta-se no sentido da criação de uma burguesia ou pseudo-burguesia local. As transformações na estrutura social não são tão profundas nas camaradas inferiores, sobretudo no campo, onde ele conserva predominantemente as características da fase colonial, mas a criação de um pseudo-burguesia nativa, que em geral desenvolve a partir de uma pequena burguesia burocrática e dos intermediários do ciclo das mercadorias (compradores), acentua a diferenciação das camadas sociais, nomeadamente com o desenvolvimento da classe social operária citadina e a instalação de propriedade agrícolas privadas, que dão lugar, a pouco e pouco; ao aparecimento de um proletariado agrícola (p. 8).

Desde o início da luta armada Cabral tinha preocupação sobre a formação da pequena classe dos assimilados através da ideologia educacional colonial na qual defenderia os interesses dos colonizadores. Esta camada pequena burguesia contribuirá para perpetuação de política de neocolonialismo.

No entanto, no contexto da luta anticolonial a pequena burguesia na perspectiva de Cabral, essa camada só tinha um único caminho: reforçar a sua consciência revolucionária, repudiando as tentações de emburguesamento e as solicitações naturais da sua mentalidade de classe, identificando-se com as classes trabalhadoras, não se opondo ao desenvolvimento normal do processo da revolução. Conforme argumentos de Cabral, isso significa que, para desempenhar cabalmente e responsabilmente o papel que lhe cabe na luta de libertação nacional, a pequena burguesia revolucionária deveria ser capaz de suicidar-se como classe, para ressuscitar na condição de trabalhador revolucionário, inteiramente identificando-se com as aspirações mais profundas do povo a que pertence.

Ao longo do processo histórico do desenvolvimento dos países da África a penetração do neocolonialismo no continente africano vem acontecendo em várias formas, sobretudo no aspecto que Amílcar Cabral chamava da “política de ajuda” aos países subdesenvolvidos praticada pelo imperialismo com o objetivo de criar ou reforçar pseudo-burguesia nativa aliados à burguesia internacional. No entanto, segundo Nkrumah (1951) embora nominalmente independentes, estes países continuam a viver na relação clássica da colônia com o seu “patrão” metropolitano, isto é, a produzir matérias-primas e a servir-lhe de mercado exclusivo.

As potências pretendem utilizar os novos Estados africanos, assim condicionados, como fantoches através dos quais poderão estender a sua influência a Estados que preservam a sua independência e a sua soberania. A criação de vários Estados fracos e instáveis deste tipo em África, assegurará, segundo esperam, a continuação da dependência desses territórios, face às antigas potências colonizadoras em matéria de ajuda económica, e impedirá a realização da unidade africana. Esta política de balcanização é o novo imperialismo, o novo perigo que ameaça a África (NKRUHMAH, 1951p. 293).

Segundo Cabral (1966), o neocolonialismo não poderia cumprir completamente a sua missão no quadro da luta anticolonial (que não acaba com a conquista da independência) se não se aliar solidamente com as outras camadas exploradas: os camponeses em geral (servos, rendeiros, parceiros, pequenos proprietários agrícolas) e a pequena burguesia nacionalista. A realização dessa aliança exige a mobilização e a organização das forças nacionalistas no quadro (ou pela ação) de uma organização política forte e bem estruturada.

Como foi referido anteriormente, o neocolonialismo vem penetrando de várias formas no continente africano. No âmbito da educação a questão de financiamento ou “ajuda” vem sendo problematizada por vários pesquisadores que questionam a política de sentido e o interesse que está por de trás de projetos e programas educativos financiado pelas Organizações Internacionais ou por países de Ocidente no âmbito de cooperação bilateral e multilateral.

Akkari, (2011) chama atenção no que diz respeito à questão de “ajuda”:

Os países que recebem a maior ajuda não necessariamente àqueles que mais precisam. A concessão de uma ajuda se faz geralmente em função de interesse, muitas vezes de ordem econômica, ideológica, política ou histórica. (Legado colonial). (AKKARI 2011. p. 30).

Grosfoguel (2009) acrescenta que

Os Estados-nação periféricos e os povos não-europeus vivem hoje sob regime da “colonialidade global” imposta pelos Estados Unidos, através do Fundo Monetária Internacional (FMI), do Banco Mundial (BM), do Pentágono e da OTAN. As zonas periféricas mantêm-se numa situação colonial, ainda que já não estejam sujeitas a uma administração colonial direta. (GROSFOGUEL 2009, p. 395).

Difícilmente um financiamento é feito sem a contrapartida ou interesse que gera o resultado satisfatório por parte dos financiadores ou doadores. Desta forma o impacto do financiamento externo limitou o poder de decisão de vários Estados Africanos de elaborar e implementar uma política educacional efetiva e endógena de uma forma autónoma baseada na realidade do local. A maioria dos países africanos está simplesmente reproduzindo o neocolonialismo no âmbito educacional, político e económico, seguindo as orientações e agendas dos financiadores que acabam por sobrepor o interesse nacional destes países.

2.3 REAFRICANIZAÇÃO DA MENTALIDADE

O grande desafio que as lideranças revolucionárias tiveram que enfrentar quase em todos os países africanos colonizados foi o de romper com o colonialismo e de não criar ou reproduzir as práticas neocoloniais para assegurar o funcionamento da estrutura administrativo e política dos Estados recém independentes.

Conforme referido anteriormente o colonizador teria implementado as instituições modernas protetoras da sua ideologia política, apresentando a sua cultura como “superior” e do colonizado “inferior”. O sistema educativo colonial não só era altamente seletivo e estava também totalmente distante da realidade socioeconômica da população africana.

Havia um grande esforço dos colonizadores portugueses para aculturar e assimilar uma pequena parcela da população “indígena” à civilização ocidental. A assimilação continuava a ser uma condição fundamental para a “aceitabilidade” na sociedade colonial. O trabalho mais adequado de um assimilado seria o de um intelectual na administração colonial, pois era o

símbolo de reconhecimento e de prestígio para uma parcela da população africana que compunha essa categoria.

Nas colônias vigorava várias leis discriminatórias que regulamentavam a vida das populações. O “Diploma dos Cidadãos” de 1946, considerava apenas os ditos civilizados cidadãos portugueses. Havia também Estatuto dos Indígenas Portugueses das províncias da Guiné, Angola e Moçambique que na edição de 1954 definia os critérios específicos que davam os direitos de um cidadão indígena adquirir a condição de “assimilado”. Entre os critérios que o africano deveria preencher para ser considerado “assimilado” constavam: a) ter mais de 18 anos; b) falar corretamente a língua portuguesa.

Amílcar Cabral demonstra com clareza que o domínio colonial, para tentar perpetuar a exploração, precisava reprimir as manifestações autóctones da vida cultural do povo colonizado. E como a dominação cultural do colonizador desenvolve a alienação cultural da população, por meio da aculturação aos valores do colonizador, então a educação e cultura assumem a função opressora e funcionam como um dos principais instrumentos da dominação. Neste sentido, o triunfo da luta exigia uma forte ligação entre a educação e cultura. Amílcar Cabral em um dos seus discursos afirmou o seguinte: “a luta de libertação não é apenas um fato cultural, mas também é um fator de cultura” (1970, p.373). No entanto, só um povo que preserva a sua cultura é capaz de se mobilizar para a luta anticolonial.

Amílcar Cabral nos lembra que a libertação política não elimina a presença do colonizador. Ela continua na cultura imposta e introjetada no colonizado. Segundo o autor tornava-se:

[...] indispensável uma reconversão dos espíritos – das mentalidades – para a sua verdadeira integração no movimento de libertação. Essa reconversão – reafrikanização, no nosso caso – pode verificar-se antes da luta, mas só se completa no decurso desta, no contato quotidiano com as massas populares e na comunhão de sacrifícios que a luta exige (CABRAL, 1970, p. 363).

Nesses termos, Cabral propõe a “reafrikanização da mentalidade” e Aristides Maria Pereira denominou o mesmo processo de “descolonização das mentes” que seria uma tarefa fundamental para superação da ideologia colonial. Em outras palavras, significa através da educação, formular uma nova mentalidade livre de todos os vestígios do colonialismo.

Em Angola o processo de reafrikanização dos espíritos teve como marco determinante o movimento “Vamos descobrir Angola”, definido como:

uma aplicação à escola nacional da reafrikanização dos espíritos. O próprio nome sintetizava o seu significado: vamos tornar Angola compreensível, incorporar os seus valores, escrever sobre o país, torná-lo assimilado pelos próprios angolanos. Mas em Portugal isso tomou uma expressão nova, mais intelectual (ANDRADE, 1976 *apud* SPAREMBERGER 2011 p. 5).

A reafrikanização não é uma exaltação mítica do homem africano, mas a valorização do seu papel como portador de cultura. No Centro de Estudos Africanos surgia uma força dinâmica da reafrikanização: a necessidade de mutação da condição social. Fizemos a ligação entre a realidade cultural e as condições de exploração, ultrapassamos a noção racial para abarcar o domínio da classe social (ANDRADE, 1976 *apud* SPAREMBERGER 2011 p. 6).

Reafrikanizar a mentalidade seria a única maneira que a pequena burguesia africana – submetida ao esforço de “assimilação” pela cultura e pelo poder das classes dominantes metropolitanas – teria para contribuir, de forma efetiva e decisiva, em prol da luta de libertação de seus países. Como foi referido anteriormente, a reafrikanização é um processo contínuo caracterizado pela reconquista da autonomia e consciência política e ideológica do povo colonizado assumindo sua identidade cultural. Com a “reafrikanização da mentalidade” Cabral nos convida a pensar criticamente sobre o nosso papel e das nossas lideranças políticas na transformação social, sobretudo os assimilados a pequena burguesia ou pseudo-burguesia local aliados do colonialismo, educados nas escolas coloniais, que deveriam inevitavelmente desfazer da sua mentalidade colonial, reafrikanizando-se e defendendo os interesses do seu povo.

A iniciativa política e cultural de “reafrikanização dos espíritos ou da mentalidade” proposta por Amílcar Cabral, dialoga com a tese de Cheikh Anta-Diop (2014) sobre “A Unidade Cultural da África Negra” e também com paradigma Epistemológico do “Afrocentricidade” de Molefi Kete Asante (2009), sobre a valorização da “experiência africana”.

Segundo Asante (2009), Afrocentricidade é uma questão de localização precisamente porque os africanos vêm atuando na margem da experiência eurocêntrica. Muito do que estudamos sobre a história, a cultura, a literatura, a linguística, a política ou ainda as economias africanas foram/são perspectivadas a partir dos interesses europeus e ocidentais. Partindo desse pressuposto, esse intelectual afro-americano, ressalta a importância na centralidade da experiência africana em qualquer interpretação que se faz sobre o continente.

A reafrikanização da mentalidade proposta por Cabral seria um processo de tomada da consciência e autonomia do povo colonizado sem necessariamente negar os contributos positivos da cultura do opressor.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos objetivos centrais desta investigação era justamente compreender questões de colonialismo e neocolonialismo em Amílcar Cabral durante o processo da luta anticolonial na Guiné e Cabo Verde. Amílcar Cabral demonstra com clareza que o domínio colonial, para tentar perpetuar a exploração, precisava reprimir as manifestações autóctones da vida cultural do povo colonizado. Mesmo com todas as vantagens em termos materiais, máquina e ferramentas ideológico que foram utilizados ao seu favor não se conseguiu realizar essa destruição na sua totalidade e a população colonizada resistiu.

A pedagogia revolucionária da libertação de Amílcar Cabral desde cedo postulava em defesa da identidade nacional cultural, porque sabia que a dominação de um povo sobre o outro não podia existir sem a liquidação total da cultura do povo dominado. Para tanto, a dinâmica do pensamento do pai da nacionalidade guineense e cabo verdiana tem sido fundamental para mobilização e a organização do processo revolucionário, em especial na ideologização das massas camponesas que se traduz numa inspiração total dedicada à luta de libertação dos territórios da Guiné-Bissau e Cabo Verde.

Foi através de poemas que Amílcar Cabral descreveu e interpretou sociedade cabo-verdiana no qual usou a sua inteligência denunciou o abuso do colonialismo em África e assim como a situação do abandono da Ilha de Cabo Verde.

Referências

AKKARI, Abdeljalil. **Internacionalização das políticas educacionais: Transformações e Desafios**- Petrópolis: Vozes, 2011.

ASANTE, Molefi Kete. **Afroncentricidade: Notas sobre uma posição disciplinar. In Afrocentricidade uma abordagem epistemológica inovadora/** Elisa Larkin Nascimento (org). São Paulo: Selo Negro, 2009.

BORGES, Sónia Vaz. **Amílcar Cabral: estratégias políticas e culturais para independência da Guiné e Cabo Verde**. Universidade de Lisboa Faculdade de Letras (FL) FL – (Dissertações de Mestrado). 2008. Disponível em : http://repositorio.ul.pt/jspui/bitstream/10451/411/3/17664_Tese.pdf Acesso em: 01/12/2021.

CÁ, Lourenço Ocuni. **A educação durante a colonização a portuguesa na Guiné-Bissau (1471-1973)**. In Rev. online Bibl. Prof. Joel Martins, Capinas, SP, v.2, n° 1, out.2000.

CABRAL, Amílcar. **A arma da teoria**. Coordenação [de] Carlos Comitini.- Rio de Janeiro: Codecri, 1980.

CABRAL, Amílcar. em “**Emergência da poesia em Amílcar Cabral**” (30 poemas). [recolhidos e organizados por Oswaldo Osório]. Coleção Dragoeiro. Praia: Edição Grafedito, 1983.

CABRAL, Amílcar. **Fundamentos e objetivos da libertação nacional em relação com a estrutura social**. PAIGC. (Havana Cuba, 13 e 14 de janeiro de 1966).

CABRAL, Amílcar. **Libertação nacional e cultura**. Conferência pronunciada no primeiro Memorial dedicado ao Dr. Eduardo Mondlane, Universidade de Syracuse, (Estado Unidos de America) – (Programa de Estudos da África de Leste), em 20 de Fevereiro de 1970.

CABRAL, Amílcar. **Manifesto do Movimento Anti-Colonialista (MAC)**. (1965), "Manifesto do Movimento Anti-Colonialista (MAC)", Fundação Mário Soares / Arquivo Mário Pinto de Andrade, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_83404 (2021-11-2).

CABRAL, Amílcar. **Apontamentos sobre a poesia caboverdiana**. In: Revista de Cultura Vozes, N. 1 / 1976 / Ano 70 p. 15 a 21.

CANDÉ MONTEIRO, Artemisa Odila. **Guiné-Bissau: Da luta armada à construção do estado nacional: conexões entre o discurso de unidade nacional e diversidade étnica (1959-1994)**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador, 2013.

CASSAMA, Daniel Júlio Lopes Soares. **Amílcar Cabral e a independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Letras (Campus de Araraquara). 2014. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/122090/000816228.pdf?sequence=1> Acesso 12/12/2021.

CASTANHEIRA, José Pedro. **Quem mandou matar Amílcar Cabral?** D’Águas Editores. 1995.

CESAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Livraria Sá da costa editora, 1ª edição 1978.

DIOP, Cheikh Anta. **A unidade cultural da África negra: esfera do patriarcado e do matriarcado na antiguidade clássica**. (Tradução Silvia Cunha Neto) Coleção Reler África. 2014.

FONSECA, Maria Nazareth Soares; MOREIRA, Terezinha Taborda. Panorama das literaturas africanas de língua portuguesa. In **Cadenos CESPUC de Pesquisa**. Belo Horizonte, n. 16, 2007, p. 13-69. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoscespuc/article/view/14767>.

FURTADO, Alexandre. **Teoria de Investigação sobre a história do ensino**. In Soronda. Revista de Estudos Guineenses", nº 001, Janeiro de 1986.

GOMES, Patrícia Godinho. **Os fundamentos de uma nova sociedade: o PAIGC e a luta armada na Guiné-Bissau (1963-1973) Organização do Estado e relações internacionais.** Torino, L'Harmattan, Itália. 2010.

GROSFUGUEL, Ramón. **Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global.** In Epistemologias do Sul/org. SANTOS, Boaventura de Sousa, MENEZES, Maria Paula. Coimbra, 2009.

LOPES, Carlos. **A transição histórica na Guiné-Bissau. Do movimento de libertação nacional ao Estado.** Bissau. INEP, 1987.

LOPES, Carlos. **Guiné-Bissau a procura de um modelo social.** In revista "Soronda - Revista de Estudos Guineenses", nº 001, Janeiro de 1986, Fundação Mário Soares / DIP - Documentos INEP, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_11332 (2021-3-16).

MENDES, Leonel Vicente. **(Des)Caminhos do sistema de ensino guineense: avanços, recuos e perspectivas.** Curitiba: CRV. 2019.

MENDES, Leonel Vicente. **A escolarização e a formação de quadros nas regiões libertadas da Guiné-Bissau: uma perspectiva histórica (1963-1973) [recurso eletrônico] – 1.ed. - Curitiba: Brazil Publishing, 2021.**

MENDY, Peter Karibe. **A herança colonial e Desafios da Integração.** In Soronda. Revista de Estudos Guineenses", nº 016, Julho de 1993.

NKRUHMAH. Kwame. **O Neocolonialismo em África.** In. SANCHES, Manuela Ribeiro. MALHAS QUE OS IMPÉRIOS TECEM textos anticoloniais, contextos pós-coloniais. 1951, Lugar da história. Lisboa/Portugal.

SPAREMBERGER, Alfeu. **A reafricanização dos espíritos na obra de Amílcar Cabral: sobre um depoimento de Mário Pinto de Andrade.** In. Revista África e Africanidades - Ano II - n. 12 – Fev. 2011 - ISSN 1983-2354.

VILLEN, Patricia. **A crítica de Amílcar Cabral ao colonialismo: Entre a harmonia e a contradição.** 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.